



Esforço para tirar crime organizado da política

Autoridades eleitorais e de segurança em alerta sobre influência das facções e milícias, que está além de mandar no voto nas áreas que controlam. Há especial preocupação para que candidaturas lançadas pelo submundo sejam impedidas de disputar

» ALÍCIA BERNARDES
» CAETANO YAMAMOTO*

A influência do crime organizado é uma ameaça real à política e à democracia. Para as votações em outubro, há uma inédita preocupação das autoridades eleitorais e de segurança com a influência das facções criminosas e das milícias, uma vez que, atualmente, não se limitam a determinar as escolhas do morador das áreas que controlam. O envolvimento com a política se sofisticou. As organizações criminosas têm seus próprios candidatos, independentemente de representarem as localidades em que surgiram na vida pública.

No **Rio de Janeiro** — estado que é o berço do bolsonarismo, mas que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende avançar para conquistar o eleitorado (**leia na página 3**) —, pelo menos seis candidatos teriam algum grau de envolvimento com o crime organizado. Todos negam qualquer espécie de vínculo. Um deles é Val da Ceasa, candidato à reeleição como deputado estadual pelo PRD. Ele é apontado pelos ministérios públicos do Estado do Rio de Janeiro (MP-RJ) e Eleitoral (MPE) por supostos vínculos com a facção Terceiro Comando Puro (TCP) e, também, por suspeita de tentar interferir em uma operação policial. Em junho, o MP-RJ cumpriu mandados de busca e apreensão na casa e no gabinete do deputado, apreendendo valores em espécie sob suspeita de favorecimento a lideranças do tráfico e interferência em ações policiais na região.

Outro dessa lista é João Felipe Drumond, também candidato do PRD a uma vaga na Assembleia Legislativa fluminense (Alerj). Teve a candidatura questionada pelo MPE devido a parentesco com chefões do jogo do bicho no Rio de Janeiro. Ele é neto de Luizinho Drummond, antigo patrono da escola de samba Imperatriz Leopoldinense.

Júnior da Lucinha (PSD) é alvo de ações de impugnação pelo MPE devido a suspeitas de conexões e histórico político associado a investigações de milícias no estado do Rio. No caso de Mariana Souza (PP), ela teve a pré-campanha e

articulações questionadas por se casada com Wilson Marques de Albuquerque, o “Zé Dirceu”, apontado como o segundo na hierarquia do Comando Vermelho em Alagoas. Tem ainda Cristiano Hermógenes (Avante) cujo registro foi impugnado por parentesco direto com chefes do CV.

Há candidatos sob suspeita de envolvimento com facções também em São Paulo e na Paraíba.

Com vistas a impedir que os representantes do crime sejam eleitos, o MPE elaborou um caderno de recomendações para impedir que tal influência siga crescendo. No documento, há orientações para que os partidos adotem medidas voltadas à prevenção da infiltração das facções e milícias nas estruturas partidárias.

O modelo foi elaborado pelo Grupo de Trabalho de Combate ao Crime Organizado no Âmbito Eleitoral, sugerindo a criação de protocolos internos de fiscalização e segurança para identificar possíveis vínculos entre filiações, pré-candidatos e organizações criminosas. De acordo com o GT, a influência dessas facções no processo eleitoral representa uma ameaça ao regime democrático e à livre escolha dos eleitores.

Entre as medidas recomendadas, está a implementação de protocolos de integridade internos que obriguem os pré-candidatos a apresentar certidões criminais de todas as instâncias das Justças Estadual e Federal, para fornecer dados que analise as candidaturas a serem lançadas pela legenda. Além disso, o documento orienta a criação de comissões de sindicância ética, para análise do histórico social, vínculos territoriais e compatibilidade patrimonial dos pré-candidatos.

Em 2025, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) consolidou jurisprudência no sentido de proibir a candidatura de integrantes de organizações paramilitares ou similares.

Influência

Pouco mais de 41% dos cidadãos com 16 anos ou mais reconhecem a presença de grupos criminosos ligados ao tráfico ou a milícias nas suas regiões. Isso é o equivalente a 68,7 milhões de pessoas vivendo sob o signo da brutalidade, segundo expôs

Mauro Pimentel/AFP



Operação em território ocupado pelo tráfico no Rio. Nessas regiões, o voto segue a determinação do crime em favor de seus candidatos

Trio de réus

Em 14 de agosto, o Supremo Tribunal Federal tornou réus os ex-deputados estaduais Rodrigo Bacellar — também ex-presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro — e Thiego dos Santos Silva, o TH Joias, mais o desembargador Macário Júdice Neto. Estão presos preventivamente por obstrução de Justiça e vazamento de informações relativas a investigações contra o Comando Vermelho. TH Joias era considerado o representante do CV na Alerj. Bacellar chegou a ocupar interinamente o governo fluminense e era o nome que o ex-governador Cláudio Castro (PL) pretendia lançar ao Palácio Guanabara.

o Fórum Brasileiro de Segurança Pública no relatório *Medo do crime e eleições 2026: os gatilhos da insegurança*. Pela pesquisa, tal reconhecimento é mais forte nas capitais, onde 55,9% da população admite essa atuação em seu bairro. Nos outros municípios da região metropolitana em que moram, esse percentual é de 46,0%.

Entre as pessoas que compõem esses pouco mais de 41%, a vasta maioria (80,4%) percebe algum nível de influência desses grupos nas decisões e regras de convivência do bairro — uma forma de governança criminal. Um dos impactos disso na política é o silenciamento: 59,5% das pessoas que vivem em áreas com presença de criminalidade organizada afirmam que evitam falar de política por medo, segundo o documento.

O levantamento mostra que as agressões físicas motivadas por escolha política ou partidária atingiu 2,2% da população brasileira nos últimos 12 meses (cerca de

3,6 milhões de pessoas). Segundo o relatório, os homens são as maiores vítimas dos espancamentos por razão política do que mulheres (2,9% contra 1,5%). A incidência é maior entre as classes D/E (3,5%), se comparado às classes C (1,4%) e A/B (2,2%). Isso indicand, também, que a vulnerabilidade econômica aumenta a exposição a esse tipo de brutalidade.

Mudança de local

Em 4 de agosto, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro anunciou a alteração de 268 locais de votação por motivos de segurança. A medida afeta cerca de 610 mil eleitores, de 20 municípios fluminenses. A decisão do presidente do TRE-RJ, desembargador Claudio de Mello Tavares, tem o objetivo de impedir que a votação seja realizada em locais dominados pelo crime organizado e classificados como de alto risco.

“A mudança desses locais de

votação é um compromisso com a higidez do processo eleitoral. Com essas trocas, buscamos garantir que o eleitorado possa ir às urnas tranquilo e escolher os candidatos que desejar, livre de pressões de qualquer tipo. Esse é um momento de exercer livremente o direito ao voto. O TRE-RJ atua para que essas escolhas possam ser confirmadas da maneira mais serena possível”, explicou.

As alterações feitas até agora superam as 53 das eleições de 2024, mas esse número pode aumentar. Isto porque a Justiça Eleitoral fluminense mapeia outras localidades em busca de outros locais de votação. No processo de substituição, os novos destinos precisam estar fora de áreas do tráfico ou de milícias, afastadas de territórios dominados por facções rivais e precisam estar o mais próximo possível de cada local de votação substituído.

*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

Lógicas diferentes para combater a violência

» ARMANDO HOLANDA

Os planos de governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL) apresentam propostas bem distintas para enfrentar a violência e o avanço das organizações criminosas no Brasil. Embora os dois documentos coloquem o combate às facções entre as prioridades, a diferença está, sobretudo, na forma como cada projeto pretende exercer a força do Estado.

No programa de Lula, a segurança pública aparece associada à integração entre União, estados e municípios, ao fortalecimento da inteligência e à cooperação internacional. A proposta parte da ideia de que o crime organizado não

pode ser enfrentado apenas com aumento do efetivo policial ou endurecimento das penas.

O documento defende o fortalecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), a integração de bancos de dados e das forças de segurança e o combate às organizações criminosas também pelo caminho financeiro. A estratégia inclui ampliar as ações das Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (FICCOs), investigar lavagem de dinheiro e fortalecer a cooperação internacional.

Essa lógica aparece, também, na atuação internacional do governo. Em documento apresentado recentemente ao Congresso, Lula afirma que “a segurança pública é prioridade nacional” e que o

crime organizado deve ser enfrentado “com firmeza, nos marcos da Constituição e do Estado Democrático de Direito”.

O plano também preserva a soberania como elemento central da política de segurança. A proposta é ampliar o intercâmbio de inteligência e a cooperação internacional sem permitir que outros países determinem como o Brasil deve enquadrar juridicamente suas organizações criminosas. “Cabe ao Estado brasileiro, por meio de suas instituições democraticamente constituídas, de suas leis e de suas forças de segurança, definir como o crime deve ser combatido”, afirma o documento.

Na proposta de Flávio, por outro lado, o discurso é diretamente

voltado ao endurecimento penal e ao emprego ostensivo da força. O programa começa, justamente, pela segurança e afirma que ela seria a condição para as demais políticas públicas. “Nenhuma família vive, trabalha ou prospera sob o domínio do medo”, diz o documento.

“Narcoterrorismo”

A principal aposta é declarar Primeiro Comando da Capital (PCC), Comando Vermelho (CV), milícias e outras facções como organizações “narcoterroristas”. O plano promete bloquear ativos, combater a lavagem de dinheiro e retomar territórios dominados pelo crime. Mas vai além: prevê

que “bandido armado com fuzil na mão vai ser abatido pelas forças de segurança”.

Outra diferença está no sistema prisional. Flávio propõe cinco novas penitenciárias federais de segurança máxima, inspiradas no modelo de El Salvador, além da criação de meio milhão de vagas em quatro anos. O projeto prevê, ainda, isolamento de chefes de facções, restrições a celulares e visitas e monitoramento de visitas íntimas.

O candidato também defende a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos e punição para adolescentes a partir dos 14 anos que cometam crimes considerados graves — como estupro, tráfico, tortura e assassinato.

Na fronteira, a diferença também é significativa. O programa de Flávio prevê a criação de um “Sistema Nacional de Fronteira”, formado por integrantes do Exército, Marinha e Aeronáutica, equipado com “armas de guerra, inteligência e tecnologia”. A ideia é criar um “paredão” para impedir a entrada de drogas e armamentos.

O projeto ainda promete mais de 1 milhão de câmeras espalhadas pelo país por meio do chamado “Muralha Brasileira”, com reconhecimento facial integrado a bancos de dados criminais. Também prevê o fim da progressão de regime para condenados por crimes hediondos e a castração química para estupradores e abusadores de crianças.